

continuação

O IR e o CS diferidos estão apresentados líquidos por empresa no balanço patrimonial. A movimentação líquida da conta de IR e CS diferidos é a seguinte:

	2019	2018
Saldo inicial	15.963	12.412
Gastos pré-operacionais baixados	(192)	(193)
Prejuízos fiscais acumulados e bases negativas	5.313	1.930
Instrumentos financeiros derivativos	660	(3.447)
Provisões	(5.856)	5.449
Lucro não realizado nos estoques	(475)	(22)
Benefício de PD&I - Depreciação acelerada	46	46
Mais valia - combinação de negócios	22	57
Depreciação acelerada	6	—
Saldo final	15.441	15.963

14. Intangível (consolidado)

	Em 1º de janeiro de 2018	Adições	Provisão para impairment	Variação cambial	Variação	Amortização	Em 31 de dezembro de 2018
Ágio (Goodwill) na aquisição de controlada	618	9	(3.357)	150	(1.631)	(6)	618
Marcas e licenças adquiridas	74.591	22.788	—	—	(4.876)	—	87.665
Desenvolvimento e registros de produtos	4.721	900	—	—	(6.628)	—	5.063
Softwares	1.021	—	—	—	(1.181)	—	1.098
Outros	86.721	23.697	(3.357)	151	(11.782)	—	93.799
Em 1º de janeiro de 2019	618	23.697	(3.357)	151	(11.782)	—	618

	Em 1º de janeiro de 2019	Adições	Reversão de provisão para impairment	Variação cambial	Variação	Amortização	Em 31 de dezembro de 2019
Ágio (Goodwill) na aquisição de controlada	618	—	—	—	—	—	618
Marcas e licenças adquiridas	4	14.366	6.135	94	(15.835)	(4)	86.475
Desenvolvimento e registros de produtos	87.665	2.652	—	11	(5.950)	—	90.428
Softwares	1.098	—	—	—	(1.682)	—	1.178
Outros	449	16.998	6.135	105	(7.907)	—	93.295
Em 31 de dezembro de 2019	618	16.998	6.135	105	(7.907)	—	93.295

	2018	2019			
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Provisão para impairment	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (Goodwill) na aquisição de controlada	618	618	618	618	618
Marcas e licenças adquiridas	3.147	(3.143)	4	—	—
Desenvolvimento e registros de produtos	122.148	(9.309)	(25.174)	87.665	—
Softwares	34.440	(29.377)	5.063	—	—
Outros	1.333	(884)	449	—	—
161.686	(9.309)	(58.578)	93.799	—	—

15. Imobilizado (consolidado)

	Em 1º de janeiro de 2018	Adições	Variação cambial	Transferências	Baixas	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2018
Terras e terrenos	24.985	—	—	—	—	(3.141)	24.985
Edificações e benfeitorias	134.339	—	—	—	—	(134.339)	—
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	79.306	4.257	(1)	181	(119)	(6.410)	77.214
Veículos e tratores	3.518	10.703	(3)	—	(751)	(2.406)	11.038
Móveis e utensílios	2.972	575	26	—	(2)	(558)	2.990
Equipamentos de informática	1.276	2.776	—	—	(100)	(957)	2.995
Obras em andamento (I)	8.415	10.608	—	(13.621)	—	—	5.402
Outros	9.742	—	—	—	—	(278)	1.669
246.867	29.247	(23)	(1.709)	(13.750)	—	260.632	

	Em 1º de janeiro de 2019	Adições	Variação cambial	Transferências	Baixas	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2019
Terras e terrenos	24.985	—	—	—	—	—	24.985
Edificações e benfeitorias	134.339	311	—	7.711	—	(3.591)	138.770
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	77.214	11.718	1	2.078	(247)	(7.178)	83.586
Veículos e tratores	11.038	8.274	178	(20)	(1.131)	(3.812)	14.527
Móveis e utensílios	2.990	646	1	—	(6)	(607)	3.022
Equipamentos de informática	2.995	1.866	10	18	(32)	(1.248)	3.609
Obras em andamento (I)	5.402	14.123	—	(9.783)	—	—	9.742
Outros	1.669	16	1	(4)	—	(284)	1.398
260.632	36.954	191	(1.418)	(16.720)	—	279.639	

(I) Em 2019, o saldo das obras refere-se, substancialmente, a adequações da nova fábrica de produtos biológicos (vacinas) no montante de R\$474 (2018 - R\$2.365), ampliação da área de implantes hormonais no montante de R\$991, construção de uma nova casa de gerador no montante de R\$ 1.628, ampliação do Biotério Guataparã no montante de R\$1.590 e prédio de subestação no montante de R\$ 1.910. Em 2019, o saldo de custos de empréstimos capitalizados totaliza R\$1.775 (2018 - R\$1.209), a uma taxa média anual de 5,89% (2018 - 6,66%). Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos, no montante de R\$84.317 (2018 - R\$86.275), estão cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos (2019). Em 2019, ocorreram aquisições de bens do ativo imobilizado, no montante de R\$1.823 (2018 - R\$4.620) por meio de operações de financiamento sob a modalidade Finance ou Leasing, as quais são consideradas transações que não envolvem caixa, portanto não foram consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e de financiamento.

16. Fornecedores (consolidado)

	2019	2018
Em moeda local	12.664	13.304
Em moeda estrangeira	27.717	13.796
	40.381	27.100

17. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

	Vencimento final	2019	2018
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	Variação cambial e taxa média ponderada de 4,76% ao ano (2018 - 3,75% ao ano)	2020	58.720
ACC	Variação cambial e taxa média de 4,55% ao ano (2018 - 4,20% ao ano)	2019	11.650
Em moeda local			
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 5,89% ao ano (2018 - 6,66% ao ano)	2029	142.572
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 8,26% ao ano (2018 - 9,99% ao ano)	2025	29.419
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 7,73% ao ano (2018 - 6,76% ao ano)	2023	239
NCE (Nota de crédito a exportação)	Taxa média de 5,30% ao ano (2018 - 7,30% ao ano)	2021	40.041
Capital de giro	Taxa média de 7,70% ao ano (2018 - 7,70% ao ano)	2019	25.140
Capital de giro (I)	Taxa média de 7,75% ao ano (2018 - 8,04% ao ano)	2020	6.149
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de 10,22% ao ano (2018 - 10,93% ao ano)	2022	3.522
Risco cambial	Não aplicável	2020	420
Não circulante			
Circulante			
		281.082	287.529
		(162.852)	(211.090)
		118.230	76.439

(I) Empréstimos e financiamentos captados pela controlada Ouro Fino Colômbia S.A.S. a) **Garantias de empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos destinados à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento de produtos, contratados com a FINEP, estão garantidos por aval da parte relacionada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. e por fianças bancárias no montante de R\$105.174, além de garantias reais constituídas pela planta industrial de saúde animal localizada no município de Cravinhos-SP. Não há cobrança pela garantia prestada. Empréstimos para capital de giro estão garantidos por meio de garantias fiduciárias da controladora e/ou dos acionistas controladores. Operações de arrendamento mercantil estão garantidas por meio de garantias fiduciárias da controladora e/ou dos acionistas controladores e operações de FINEP são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens financiados, além de garantias fiduciárias da controladora e/ou dos acionistas controladores. A operação de BNDES-FINEM requer também a manutenção de índices predefinidos em contrato: Divida Líquida/Ébitida igual ou menor que 3,0 e Endividamento Geral igual ou menor a 0,70. Para os exercícios findos em 2019 e 2018, esses índices foram cumpridos pela Companhia. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo. A composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo é apresentada como segue:

	2019	2018
De um a dois anos	44.670	31.008
De três a quatro anos	30.538	—
De quatro a cinco anos	14.401	—
Acima de cinco anos	42.235	—
	162.852	31.008

b) **Empréstimos para capital de giro em moeda estrangeira:** Para os empréstimos e financiamentos de capital de giro, contratados em moeda estrangeira (Euro (EUR) (2018 - dólar norte-americano (US\$)), em 2019 no montante de R\$58.720 (2018 - R\$6.560), foram contratados operações de "Swap" cambial por taxa de encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI (Nota 9).

18. Provisões (consolidado)

	2019	2018
Salvos reconhecidos no Ativo:		
Devoluções sobre vendas	162	518
Bonificações de mercadorias	9.309	1.587
Provisão para impairment do ativo intangível	6.414	1.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.087	7.013
Provisão para perdas dos estoques	23.926	11.923
	47.198	22.212
Salvos reconhecidos no Passivo:		
Provisão para riscos	8.114	(4.567)
	8.114	(4.567)

a) **Devoluções de vendas:** O Grupo reconhece provisão para os casos de clientes com direito a devolução do produto em um determinado período. A receita é ajustada pelo valor esperado dos retornos e o custo das vendas é ajustado pelo valor dos bens correspondentes a serem devolvidos. Os **Benefícios de Mercadorias:** As provisões para bonificações de mercadorias são relacionadas a campanhas comerciais já negociadas com os clientes e ainda pendentes de realização. São provisões não reconhecidas na demonstração de resultado na rubrica de "Custos das vendas". c) **Provisão para riscos:** O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. Um sumário das provisões constituídas é apresentado como segue:

	2019	2018
Trabalhistas	2.529	2.525
Cíveis	1.150	972
Tributárias	5	4.617
	3.684	8.114

d) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment") passou a ser apurada pelo critério de perdas esperadas ao invés de perdas incorridas. Tendo em vista todos os controles do Grupo para mitigação dos riscos de crédito, e a consequente baixa de inadimplência histórica, não houve efeitos relevantes na aplicação analítica (Nota 10). e) **Provisão para perdas nos estoques:** O Grupo reconhece provisão para perdas dos estoques quando existe a certeza quanto a realização destes saldos (produtos que estão próximos do vencimento e/ou avariados) (Nota 11). f) **Provisão para "impairment" do ativo intangível:** O Grupo avalia a recuperabilidade ("impairment") dos saldos de desenvolvimento de produtos no intangível, sempre que praticável por meio do método de fluxo de caixa descontado (Nota 2 (g) e 14).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Os montantes pelos períodos estimados de sua compensação são os seguintes:

	2019	2018
Ativo de imposto diferido a ser recuperado	20.509	17.835
Em 2019	2.570	5.795
Em 2020	802	779
Em 2021	23.881	24.409
Acima de 2023	—	—
Passivo de imposto diferido a ser liquidado	178	—
Em 2019	252	27
Em 2020	34	11
Em 2021	74	26
Em 2022	8.088	8.204
Acima de 2023	8.440	8.446

	2018	2019			
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Provisão para impairment	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (Goodwill) na aquisição de controlada	618	618	618	618	618
Marcas e licenças adquiridas	3.147	(3.143)	4	—	—
Desenvolvimento e registros de produtos	122.148	(9.309)	(25.174)	87.665	—
Softwares	34.440	(29.377)	5.063	—	—
Outros	1.333	(884)	449	—	—
162.495	(3.174)	(66.026)	93.295	—	—

O desenvolvimento e registro de produtos referem-se aos gastos incorridos com novos medicamentos de R\$86.475 (2018 - R\$87.665). A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no "Custo das vendas" (Nota 21). As provisões utilizadas para analisar a existência de "impairment" estão divulgadas na Nota 2 (g). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram baixas no montante de R\$ 15.835 (2018 - R\$1.551) referentes a projetos descontinuados (2018 - vendas de registros de produtos).

	2018	2019		
Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido
Ágio (Goodwill) na aquisição de controlada	618	618	618	618
Marcas e licenças adquiridas	3.147	(3.143)	4	—
Desenvolvimento e registros de produtos	122.148	(9.309)	(25.174)	87.665
Softwares	34.440	(29.377)	5.063	—
Outros	1.333	(884)	449	—
161.686	(9.309)	(58.578)	93.799	—

O desenvolvimento e registro de produtos referem-se aos gastos incorridos com novos medicamentos de R\$86.475 (2018 - R\$87.665). A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no "Custo das vendas" (Nota 21). As provisões utilizadas para analisar a existência de "impairment" estão divulgadas na Nota 2 (g). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram baixas no montante de R\$ 15.835 (2018 - R\$1.551) referentes a projetos descontinuados (2018 - vendas de registros de produtos).

g) **Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. A composição dos riscos possíveis está apresentada a seguir:

	2019	2018			
Administrativo	Judicial	Total	Administrativo	Judicial	Total
Tributárias (*)	95.106	1.924	97.030	50.595	50.595
Trabalhistas	2.278	2.278	4.556	5.249	5.249
Cíveis	3	2.364	2.367	2.131	2.131
	95.109	6.566	101.675	50.595	57.735

(*) Referem-se, principalmente a autos de infração de PIS, COFINS e ICMS. O auto de infração de PIS/COFINS, no montante de R\$ 49.072, foi lavrado pelas autoridades fiscais contra a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em maio de 2019, referente a fatos geradores ocorridos no ano-calendário 2014, exigindo diferenças de PIS e COFINS apurados sob o regime monofásico, por desconhecimento das regras das empresas comerciais Ouro Fino Agroequino Ltda. e Ouro Fino PET Ltda. Já no âmbito do ICMS, a discussão envolve questões relacionadas a supostos débitos de ICMS decorrentes de entendimento diverso da fiscalização, sobre a aplicação da isenção prevista no Convênio 100/97, para importações de produtos técnicos destinados à formulação de produtos para o setor pecuário, no montante de R\$ 22.636. **II Ativo contingente:** As controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agroequino Ltda., com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, versando sobre o direito de compensar créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil, por sua vez, emitiu em 18 de outubro de 2018 a Solução de Consulta Interna COSIT nº 13, que dispõe sobre critérios e procedimentos a serem observados para fins de cálculo do montante a ser excluído da base de cálculo mensal das contribuições. Tendo em vista que referida solução de consulta traz insegurança jurídica aos contribuintes que excluírem da base de cálculo o valor correspondente ao ICMS destacado em nota fiscal, o registro de tais créditos, no montante de R\$ 3.800, é considerado pela Administração como provável, mas não praticamente certo, e, portanto, não foram registrados e estão sendo divulgados como ativo contingente.

19. Patrimônio líquido

a) **Capital social:** Em Assembleia Geral e Extraordinária realizada em 29 de março de 2019, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$18.269, sem a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com reserva de liquidação da reserva de capital. Em 2019, o capital social é representado por 53.949.006 ações ordinárias, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. b) **Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2018, os valores considerados como "Reserva de capital" referem-se aos gastos incorridos com o "Initial Public Offering - IPO". Este valor foi considerado quando do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral e Extraordinária realizada em 29 de março de 2019. c) **Destinação do lucro:** De acordo com o estatuto social, o lucro líquido terá a seguinte destinação: - 5% para a constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social; - Dividendos mínimos calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404. - O saldo restante será destinado pelos acionistas em Assembleia geral representando pelo menos 2/3 (dois terços) das ações com direito a voto, observadas as disposições legais aplicáveis.

Destinações do lucro líquido: Lucro líquido do exercício 46.278 (68.847) Reserva legal (5%) (3.422) (3.422) Base para o cálculo dos dividendos mínimos 43.964 (65.405) Dividendos distribuídos (25%) 10.991 (16.351) Juros sobre o capital próprio 944 (7.674) IRRF sobre juros capital próprio (108) (881) Dividendos mínimos obrigatórios 10.155 9.558

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2019, os acionistas deliberaram sobre a destinação dos resultados referentes ao exercício de 2018 e aprovaram retenção do saldo residual de R\$48.173 para reserva de expansão. d) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Referem-se ao reflexo da ado

Ouro Fino Saúde Animal Participações | CNPJ nº 20.258.278/0001-70

—☆ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. **b) Participação nos lucros:** As provisões são calculadas com base nas metas quantitativas e qualitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com pessoal no resultado do exercício. **c) Remuneração com base em ações:** A Companhia possui, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, um plano de remuneração com base em ações ("Stock Options"), segundo o qual recebe os serviços de seus executivos e terceiros como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas. O prêmio dessas opções, calculado na data da

outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao Patrimônio líquido, durante o período de carência. **30.14 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, substituindo o princípio de riscos e benefícios. As receitas de venda são ajustadas para refletir os efeitos de um componente de financiamento

significativo quando se espera, no início do contrato, que o período compreendido entre a comercialização de produtos e serviços e o momento em que o cliente paga por esses produtos ou serviços é superior a um ano. Quando aplicável, o ajuste a valor presente nas operações de venda a longo prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica de "Receita Financeira", pela fruição do prazo. **30.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um

passivo nas demonstrações financeiras com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio, em virtude de em substância representar redução da taxa efetiva de IR e de CS, é reconhecido na demonstração de resultado. **30.16 Novas normas que ainda não estão em vigor:** Não há novas normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Conselho Administração

Norival Bonamichi Presidente do Conselho de Administração	José Francisco Hintze Júnior Vice-Presidente do Conselho de Administração	Jardel Massari Conselheiro de Administração	Rodrigo de Almeida Prado Catunda Conselheiro Independente	Luiz Antonio Santos Baptista Conselheiro Independente	Marcio Guedes Pereira Júnior Conselheiro Independente
Conselho Fiscal					
José Paulo Marques Netto Conselheiro Fiscal	Francisco Vicente Santana Telles Conselheiro Fiscal	César Augusto Campezo Neto Conselheiro Fiscal	Jardel Massari Presidente	Kleber Cesar Silveira Gomes CFO e Diretor de Relações com Investidores	Philipe Cangussu Della Villa Contador - CRC: ISP-238400/O-9

Parecer do Conselho Fiscal da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam o exame dos seguintes documentos: - Demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas; - Relatório anual da Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e - Proposta da Administração, especificamente sobre os assuntos previstos no artigo 163, inciso iii, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. O Conselho Fiscal, com base nas análises periódicas efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, e, considerando ainda, a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia em 7 de fevereiro de 2020 e o parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu, datado de

7 de fevereiro de 2020, apresentado sem ressalvas, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas.

José Paulo Marques Netto Conselheiro Fiscal	Cravinhos, 07 de fevereiro de 2020	Francisco Vicente Santana Telles Conselheiro Fiscal	César Augusto Campezo Neto Conselheiro Fiscal
---	---	---	---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo intangível decorrente de desenvolvimento e registro de novos produtos:** Por que é um PAA: Conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mantém, em suas demonstrações financeiras consolidadas, saldos de ativo intangível decorrente de desenvolvimento e registro de novos produtos, no montante líquido de R\$86.475 mil. Esse ativo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e julgamentos significativos da administração incluindo, entre outros, previsão de lançamento dos respectivos produtos, estimativa do ciclo de vida dos novos produtos, geração futura esperada de receitas, margens e desenvolvimento de mercado. A realização desses ativos foi considerada como um principal assunto em nossa auditoria, pois: (i) o valor envolvido é significativo e (ii) o nível de julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas na estimativa das projeções de rentabilidade dos produtos é significativo. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) discussões com a administração sobre os estudos de viabilidade dos novos produtos em desenvolvimento, bem como entendimento das principais premissas utilizadas nesses estudos; e (ii) entendimento dos controles existentes para

avaliar a expectativa de realização desses ativos. Examinamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluindo nas notas explicativas nº 2 (g) e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação realizada pela Administração e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auto de infração e imposição de multa de PIS e COFINS:** Por que é um PAA: Conforme divulgado na nota explicativa nº 18 (g) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 2019, a Companhia recebeu um auto de infração e imposição de multa de PIS e COFINS, lavrado contra a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda., referente a fatos geradores ocorridos no ano-calendário 2014, exigindo diferenças de PIS e COFINS apurados sob o regime monofásico, por desconsiderar as operações das empresas comerciais Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração, com base na avaliação e discussão com seus assessores jurídicos externos, classificou o risco de perda desse auto de infração como possível, sendo, portanto, divulgado o valor de R\$49.072 mil. A avaliação da expectativa de perda desse auto de infração foi considerada como um principal assunto em nossa auditoria, pois: (i) o valor envolvido é significativo e (ii) o nível de julgamento da Administração na classificação da expectativa de perda é significativo. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura do processo e opiniões legais obtidas com assessores jurídicos externos, por parte da Companhia, para compreender os possíveis impactos monetários para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019; (ii) envolvimento de nossos especialistas em aspectos tributários, com o objetivo de analisarmos a razoabilidade e consistência da avaliação efetuada pela Companhia e por seus assessores jurídicos externos; e (iii) avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 22 de fevereiro de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações

que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Foganholi Asam
Contador
CRC nº 1 SP 264889/O-0

Deloitte.